

ATA NÚMERO 5

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Susana Maria Sousa Pinto**, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Fernando José Moura e Silva, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, **Abílio Pinto das Neves**, **Paulo Jorge Barros Barreira**, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, **Sara Moreira Machado**, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, **Olívia Carvalho**, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva que substituirá o senhor Hugo Vaz por um período de 365 dias
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –
Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite –
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira, António Ferreira Soares Araújo, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Teixeira Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, António Manuel Magalhães Pinto Tomaz e Dina Coelho,

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Passou-se de seguida à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de trinta de abril de dois mil e dezoito.

Relativamente a esta ata os senhores Deputados Estefânio Pinto, Carlos Carvalho, Amélia Oliveira e a senhora Vereadora Lucinda Fonseca solicitaram algumas correções que de imediato foram atendidas. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: António Manuel Teixeira da Silva, Abílio Pinto das Neves, Paulo Barreira e Sara Moreira Machado.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Deu entrada na Mesa uma proposta seguida de um voto de congratulação, relacionado com a atribuição do prémio Cidadão Europeu de 2018, ao cidadão Amarantino senhor António Pinto Monteiro, subscritos pelo PS e pelo PSD, que a seguir se transcrevem na íntegra: **PROPOSTA** – “No passado dia 8 de Junho do ano 2018, o Parlamento Europeu atribuiu o prémio “Europeu do ano de 2018”, ao cidadão Amarantino, António Pinto Monteiro.

Este prémio, atribuído anualmente desde 2008, destina-se a homenagear pessoas ou organizações que se distingam por empreendimentos e/ou empenho na promoção e na integração europeia e contribuam para o reforço do espírito europeu.

António Pinto Monteiro, natural e residente em Amarante, foi distinguido pela dedicação a causas sociais, em particular a crianças com deficiência, vítimas de maus tratos ou em situação de pobreza.

Ao longo de quarenta anos, para além da Cercimarante, António Pinto Monteiro fundou igualmente, a Associação Terra dos Homens, o Infantário o “Miúdo” e um Centro de Dia para Idosos em S. Gonçalo.

A atribuição deste prémio por parte do Parlamento Europeu a um cidadão natural e residente em Amarante constitui para todos nós motivo de orgulho e contentamento.

Todos os Amarantinos se devem congratular com tão notável homenagem de que foi alvo o nosso conterrâneo e em consequência, propormos a aprovação de um voto de congratulação, por tão insigne distinção e disso seja dado conhecimento ao visado”.

É transcrito de seguida o **VOTO DE CONGRATULAÇÃO** – “A atribuição do prémio Cidadão Europeu do ano de 2018 ao cidadão Amarantino, António Pinto Monteiro, para além de constituir o reconhecimento público da comunidade europeia à vida e obra de António Pinto Monteiro, enche de orgulho e envaidece Amarante e os Amarantinos.

A Assembleia Municipal de Amarante congratulando-se com a atribuição de tão prestigiosa distinção ao cidadão Amarantino António Pinto Monteiro, e como forma de dar conhecimento expresso deste seu regozijo, aprova o presente voto de congratulação”.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que “é com grande contentamento que uso da palavra para dizer que estamos a tratar de homenagear uma das pessoas mais importantes no domínio social em Amarante e também uma das pessoas mais relevantes da vida social do distrito do Porto. Esta é uma homenagem sincera que os Amarantinos devem prestar porque os homens marcam a história através do seu empenho, da sua dedicação e da sua seriedade”.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS-PP

No uso da palavra disse que “de forma breve quero também associar-me à proposta aqui trazida e lembrar que não precisamos de exagerar nas palavras nem nos elogios porque todos concordamos que se trata de uma pessoa que dedicou parte da sua vida a uma intervenção social. Parece-me um reconhecimento muito justo e por isso quero deixar aqui o meu testemunho e o testemunho da bancada do CDS”.

Não havendo mais ninguém inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa usou da palavra para dizer que a proposta é clara, objetiva e transversal a toda a sociedade Amarantina. De seguida foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**.

Terminado este período da reunião da Assembleia Municipal, passou-se de imediato para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Início a minha intervenção para mostrar o meu contentamento por finalmente, a Câmara Municipal ter encontrado uma solução para abertura do equipamento de apoio à Ecopista, refiro-me, concretamente, à Estação de Gatão.

As autarquias locais têm um importante papel a desempenhar no âmbito do Plano Estratégico de Segurança Rodoviária - (PENSE 2020).

A segurança Rodoviária determina-se, também pelos sinais de trânsito e estado conservação das vias de comunicação.

Atualmente a sinalização no concelho de Amarante, é preocupante, existem prumos danificados na sinalização vertical por acidente e atos de vandalismo.

No tocante á sinalização horizontal, as marcações nos pavimentos são reduzidos ou parcialmente inexistentes. Como é o caso, da inexistência quase por completo de sinalização nas faixas laterais das estradas.

Algumas passadeiras encontram-se na sua estrutura parcialmente danificadas e a necessitar de repintura, agrava-se ainda mais situação devido a uma iluminação deficiente. O que se torna num perigo iminente para quem circula à noite.

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Passo a dar exemplo que reúne, na minha opinião, todo o estado de coisas que atrás referi: - Na antiga nacional quinze, desde, a Rotunda da Ponte de Pego, às imediações do Recheio, verifica-se ao logo do seu percurso, a falta de reparação

corrente:- nos remendos, na irregularidade de pisos, na marcação do pavimento e passadeiras, nas lombas quebradas, para além de existir em muitos locais uma iluminação deficiente.

A segurança Rodoviária deve ser um projeto de todos. E, requer o empenhamento político ativo de diferentes agentes com responsabilidades no processo de desenvolvimento do plano. As boas práticas são cruciais para envolver e motivar a sociedade, em torno deste importante objetivo social, que é mitigar a sinistralidade rodoviária.

Face ao exposto, o Partido Socialista de Amarante, recomenda ao senhor Presidente da Câmara, a reparação destas situações aqui elencadas, o mais depressa possível, no sentido de normalizarmos os índices de segurança rodoviária do concelho de Amarante.

Finalmente, solicito agora vossa Ex^a., senhor Presidente Câmara, informação sobre duas questões importantes da vida do Município de Amarante

1. Qual o ponto da situação referente à aquisição dos terrenos das antigas instalações da Metalúrgica Matias e Magalhães?

2. Em que ponto se encontra a situação dos terrenos do parque florestal, vai haver acordo com o ICNF, a Câmara vai desistir da ação que tentou com o estado?"

CARLOS ALBERTO MIRANDA – PSD

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Venho saudar a Câmara Municipal de Amarante pela realização recente de algumas iniciativas que se revelaram grandes sucessos, pois considero que é importante utilizarmos este fórum político para elogiarmos aquilo que se faz bem na nossa terra e, não só numa perspetiva derrotista, de crítica pura e dura relativamente aos erros ou falhas que também possam existir.

Em primeiro lugar, referir o UVVA (Universo do Vinho Verde de Amarante) que decorreu há 2 semanas e, que apresenta um saldo extremamente positivo na promoção e afirmação de um produto de grande relevo para Amarante.

É absolutamente indiscutível que o evento está a conseguir ter maior impacto e projeção mediática de ano para ano, o que é fundamental para o nosso sector empresarial do vinho verde.

Obviamente que a produção e a comercialização de vinho é mérito da iniciativa privada, porque quem cria riqueza são as empresas, não é o estado central ou local.

Aquilo que estou aqui a defender é que compete à Câmara Municipal ajudar a promover o nosso território e as áreas em que somos competitivos e em que temos know-how.

Relativamente à política municipal de juventude, gostaria de louvar o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM, pois é com este tipo de instrumento que se aproxima os jovens da política, incrementando a participação da juventude na causa pública.

Com um valor residual de apenas 15 mil euros, conseguimos chegar a jovens entre os 14 e 30 anos, potenciando uma dinâmica de ideias que certamente ajudará a nossa terra.

Este ano temos a 4^a edição do OPJ, sendo que foram submetidas 13 propostas, das quais seis foram admitidas e serão sujeitas à Votação Pública que decorre até ao próximo sábado (dia 30 de junho).

Considero que é indiscutível que este tipo de iniciativa é um estímulo para que a população jovem adote uma verdadeira cidadania ativa, fazendo ouvir a sua voz junto do poder político e contribuindo para que o concelho de Amarante seja um exemplo de modernidade e arrojo nas políticas de juventude.

É importante que os cidadãos se sintam envolvidos na definição do orçamento municipal, neste caso concreto no orçamento municipal para a juventude, para que não se sintam meros contribuintes ao serviço do estado!

É precisamente o contrário, o estado é que tem de estar ao serviço da pessoa humana!

É função desta assembleia municipal e desta câmara municipal defender os interesses dos jovens amarantinos.

Senhoras e Senhores Deputados, estas iniciativas da Câmara Municipal de Amarante que aqui vim elogiar não são políticas, são uma urgência, são uma verdadeira emergência face à estagnação das últimas duas décadas.

Os Amarantinos não escolheram uma Câmara Municipal de resignação, escolheram uma Câmara de ação!

Amarante pode voltar a ser uma referência na região norte, no país e na europa porque temos as potencialidades endógenas que são indispensáveis a essa causa.

Saibamos pois agir e lutar para afirmar a nossa terra!"

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que a sua intervenção ia no sentido das intervenções que tem feito. Quero também referir-me à intervenção do orador anterior para também eu reafirmar que Amarante é efetivamente a Princesa do Tâmega e temos de trabalhar para que ela seja cada vez melhor. Por isso já aqui referi que o turismo é a alavanca deste país. Amarante, por excelência e porque também foi dotada pela natureza, tem tudo para trazer turismo mas também ter a capacidade para o fixar. Para isso é necessário que a Câmara fosse mais rigorosa. Para isso devemos ter melhores estradas, mais passeios, melhor limpeza porque as pessoas ao chegar a Amarante gostam de ver uma cidade limpa. Por exemplo, a rotunda logo a seguir à saída leste da autoestrada, na zona de Geraldês, está cheia de mato e com giestas altíssimas. Isto não é um bom cartaz para quem entra na cidade.

A estrada que vem dessa rotunda à rotunda da Vinha, conhecida também agora pela rotunda dos cartazes, está uma vergonha. Todos aqueles cartazes ali colocados fazem com que aquele local se torne desagradável. É urgente encontrar uma solução.

De seguida referiu-se a aspetos que tem a ver com a mobilidade para referir que quem sai da Alameda Teixeira de Pascoaes em direção à zona que dá acesso à ponte Nova e à Avenida 1º de Maio, vai dar a um cruzamento por cima do mercado, numa zona de conflito de trânsito, onde muitas vezes as pessoas ficam paradas no meio da estrada sem qualquer proteção para poderem atravessar a rua. "O que peço, é que seja colocada uma passadeira entre esse cruzamento e a saída do mercado, junto às escadas que dão acesso à ponte".

Uma outra situação tem a ver com o passeio que confronta com aquele prédio parado e sem sinal de qualquer obra, numa distância de mais ou menos 70 metros, passeio esse que se encontra em muito mau estado e que em alturas de mau tempo fica intransitável. Agradecia ao senhor Presidente que tivesse isso em atenção e mandasse proceder à sua reparação de imediato".

Referiu-se de seguida ao cruzamento dos Bombeiros e à rotunda, onde foi colocada, um mês e meio após um acidente que ali houve, uma coluna de iluminação que ainda hoje se encontra sem qualquer luminária. Isto mostra duas coisas – ou o empreiteiro faliu ou então anda aqui um desnorte enorme. Aliás um amigo, em jeito de brincadeira disse-lhe que provavelmente seria para colocar ali a sirene dos bombeiros.

De seguida disse que numa ida à zona envolvente à antiga ETAR, onde foram colocados uns bungalows, verificou que a entrada que dá acesso ao terreno onde estão colocados está péssima. É necessário melhorá-la e pavimentá-la. Disse ainda que já dentro do terreno, onde se encontra a antiga casa do funcionário municipal que ali morou, verificou um vandalismo impressionante. Sugeriu que pelo menos fosse ali colocado um cadeado que impeça a entrada, porque senão arriscamo-nos a ver os bungalows vandalizados.

Terminou a sua intervenção dizendo que numa recente visita que fez ao novo Quartel da GNR, viu um edifício impecável, com um parque de estacionamento

impecável, mas apesar disso parece-lhe haver ali uma lacuna que tem a ver com o facto de não se perceber porque é que não ficou uma entrada de acesso do “Parque da Adegã” ao Quartel da GNR que evitaria que se tenha de andar à volta do Quartel para ter acesso ao seu interior, obra que só beneficiaria aquele espaço.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que “ a forma como olhamos as coisas tem um impacto na nossa avaliação, é um pouco como o copo meio cheio e o copo meio vazio. Eu curiosamente hoje e depois de algumas visitas que fui fazendo, vinha realçar o excelente trabalho que tem sido feito em algumas matérias. Uma delas é por exemplo a questão da Rotunda da Vinha onde toda a sinalização que ali colocada e reformulada contribuiu e muito para deixarmos de ver com tanta frequência carros em sentido contrário. Quando dizemos que uma coisa não está bem, também temos de passar a dizer bem daquilo que está bem. Acho que também devemos realçar a colocação de toda a sinalização horizontal que foi aplicada na estrada de Gião. Também devemos realçar na rua do Sardão em Telões, a aplicação da sinalização horizontal que ali foi colocada e que muito contribuiu para que vários acidentes deixassem de acontecer. Quero também realçar a quantidade de lombas colocadas em locais em que a sua aplicação era necessária evitando dessa forma muitos acidentes e garantindo maior segurança rodoviária, Na estrada de Ansiães, igual reformulação foi feita na sinalização. Tudo isto para dizer que num concelho como Amarante, com quase mil quilómetros de estradas a seu encargo, não é fácil ter tudo feito da noite para o dia.

Vale a pena também realçar, até porque o copo meio cheio vale mais que o copo meio vazio, tudo aquilo que foi feito.

Curiosamente, quer a nível de sinalização, quer a nível de sinalização, quer a nível de iluminação, deixamos de ter em alguns sítios o fenómeno de poste com lâmpada acesa, poste com lâmpada apagada, quando, ainda no mandato anterior se apresentou uma candidatura com fundos comunitários e se pôde reformular parte da iluminação do Município para se ter iluminação LED a um custo mais amigo do Município. Vale a pena também realçar que a rotunda de Geraldês tem sido tratada porque essa sim é da responsabilidade do Município. As outras são da responsabilidade do IP, que não responde à velocidade que o município gostaria e demora muito a limpar aquilo que lhes diz respeito. Por isso, os meus parabéns à Câmara”.

PAULO BARREIRA – PS

No uso da palavra disse que vinha falar da linha do Tâmega. “Não venho falar do passado, mas sim do presente e do futuro. Hoje volta a estar em cima da mesa, por toda a Europa e em Portugal também a questão da ferrovia. O governo de António Costa elaborou um projeto para a Linha do Tâmega em 2016. Nessa mesma altura, alguém do governo não lhe deu andamento, o que não quer dizer que não se venha a executar, podendo até ser mudado em absoluto, tendo em mente a busca do bem comum. Sabemos hoje que existe um projeto de eletrificação da Linha do Tâmega, projeto esse de linha larga entre a Livração e Amarante, executado pelas Infraestruturas de Portugal. Aliás esse projeto teve a colaboração de um ex. Vice-Presidente desta Câmara, nalguns dos estudos para as pontes e viadutos. Sabemos que esta é um infraestrutura da máxima importância para o desenvolvimento da nossa região e também sabemos que existe uma grande pressão nas cidades do Porto e de Lisboa em termos turísticos, que estão saturadíssimas turisticamente e Amarante não tem sabido aproveitar esse facto. Os municípios vizinhos têm sabido captar essa saturação turística da cidade do Porto em benefício dessas mesmas cidades e em prejuízo do nosso Município. Amarante, como terra identificada pelo turismo não tem sabido aproveitar e tem tido perdas de dia para dia. Não temos sabido surpreender as pessoas que nos visitam, que no campo da dimensão social, quer no campo da

dimensão política, que no campo do turismo militar, religioso e da beleza natural. A cidade está adormecida turisticamente. Sem surpresas, sem promoção turística. Hoje o Município gasta muito dinheiro em empresas cujo futuro todos sabemos poder estar em risco e esquece-se de outras empresas que garantidamente terão o futuro. Estou a referir-me à RTA, um potencial turístico, uma empresa comprada por um grupo estrangeiro de grande dimensão europeia e que é um grande promotor turístico para Amarante, mas que não tem estradas que a sirvam, e não tem a linha do caminho de ferro portanto tem de ter a colaboração do município para o seu desenvolvimento. Quero com isto dizer que o Programa Comunitário 2030 é a última oportunidade para a Linha do Tâmega. Por isso quero saber se o Presidente da Câmara está disposto a pensar na execução da Linha do Tâmega como via ferroviária eletrificada para servir a região e trazer visitantes ou se pensa no canal para outro destino, aliás promessa do seu anterior mandato. Neste momento o seu atual traçado tem cerca de 12 quilómetros que se tornou perigoso, mesmo em caso de incêndio. Pergunto: o senhor Presidente já contactou a IP no sentido de exigir a limpeza do canal, dos taludes e das trincheiras? Caso eles não façam a limpeza, será que a Câmara, conforme determina a lei, coloque lá equipas de limpeza conforme determinam as obrigações de estado, a fazer a limpeza e consequentemente enviar a fatura às Infraestruturas de Portugal?

ANGELO MAGALHÃES - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI

No uso da palavra disse que a exemplo do que acontece com o VIA, que diariamente passa em S. Gonçalo, porque não autorizar também os táxis a fazê-lo porque muitas vezes vêm trazer clientes, alguns de mobilidade reduzida, que querem tratar de assuntos no banco, na companhia de seguros ou nas casas comerciais ali existentes, não podem ser levados lá e tem de ser largados na Alameda. Solicita que a Câmara pense no assunto.

Uma outra questão prende-se com o pedido da colocação de um contentor para o lixo na zona da cobertura dos táxis existentes junto ao terminal rodoviário. Faz ali falta e se existisse evitava que por ali se visse lixo que hoje já se vê.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que “quando eu há instantes disse que há vezes temos o copo meio cheio, outras vezes meio vazio, percebi agora que há quem esteja a ver o copo vazio quando ele está completamente cheio. Vir aqui afirmar que Amarante não surpreende, que não atrai turismo e que não inova, leva-me a pensar que as pessoas não tem saído à rua. Aquilo que eu tenho vistos nos últimos anos é o Município de Amarante ter criado um conjunto de iniciativas capazes de galvanizar aquilo que é o turismo em Amarante ao ponto de um grupo internacional querer comprar uma infraestrutura que existia cá, melhorá-la e fazer dela negócio. Se Amarante fosse o tal marasmo turístico, ninguém queria cá pôr um cêntimo. Portanto a coisa está um bocado invertida. Alguém não está a ver bem. Quando dizemos que Amarante não surpreende temos que ser realistas e dizer que Amarante há uns anos não tinha o impacto que tem hoje e podemos falar de um atividade a sério que é o Festival MIMO. As atividades de Amarante são hoje notícia em todo o lado. Nós fazemos um Festival de Guitarra que durante esta semana foi notícia em muita da imprensa nacional. Quando é que isso acontecia? Isto é caso para se dizer que Amarante está votada ao abandono? É Amarante não ter turismo, não ter atividade, não atrair ninguém ou não ter interesse? É completamente o contrário. E o que me traz aqui é precisamente isso. Isto é o tipo de política que nós não podemos aceitar que se faça, que é vir aqui vendo o óbvio à nossa frente, que é ver Amarante a evoluir, que é ver Amarante a ter capacidade, ter dinâmica e atrair pessoas e vir aqui dizer que nada disto está a acontecer. Isso é querer enganar as pessoas e tal não pode acontecer.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra, o senhor Deputado disse que “ parece que o senhor Deputado Paulo Barreira tomou o Governo como guia do bom que se faz de investimento em Portugal. O senhor Deputado falou na intervenção que fez, no Plano Nacional de Investimento 2030 e acerca de uma semana começou o debate sobre as prioridades de investimento, debate esse que começou com o debate de quarenta projetos de investimento dos quais não constam nem projetos de investimento no Alentejo, onde são necessários, ma também onde não se fala em investimentos na Linha do Douro, já para não falar também da linha do Tâmega. Quanto a esta, certamente o Município fará a sua parte, Quero dizer-lhe que existe um estudo da União Europeia que diz que a requalificação da Linha do Douro até Espanha poderia fazer com que fosse possível ir do Porto até Salamanca e Madrid no mesmo dia, o que permitiria que nós fossemos de Amarante a Salamanca e Madrid no mesmo dia. Só que o Governo, nestes quarenta projetos não colocou investimentos na Linha do Douro e pelos vistos também fica de fora a eletrificação entre a Régua e o Pocinho. Portanto, sendo o senhor Deputado Paulo Barreira do mesmo partido do Governo, caso consiga, sugiro-lhe que peça ao Governo que inclua mais estes dois projetos debate.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara, para que este pudesse responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer que no decorrer dos trabalhos teria de se ausentar, uma vez que ia estar presente num simulacro no Túnel do Marão, na presença de dois Secretários de Estado, bem como do senhor Presidente da Câmara de Vila Real. Nessa altura far-se-á substituir pela senhora Vice-Presidente.

Relativamente às questões que me foram colocadas, começou por dizer ao senhor Deputado José Joaquim que há efetivamente questões de sinalética que caso a caso vão sendo resolvidas. Vamos continuar a investir nesta matéria. Não sei se a vou eleger como prioridade, porque há outras de maior prioridade como é por exemplo a melhoria do pavimento da estrada em Vila Chá, porque já é uma promessa que já vem de há quatro anos, embora havendo outras que também estão em mau estado. Esta efetivamente está em muito mau estado e logo que haja capacidade será executada até porque isto faz parte do Plano de Mobilidade de Amarante.

Relativamente aos terrenos do Matias quero dizer-lhe que apenas estamos à espera que o Tribunal de Contas desbloqueie a situação. Julgo que agora, em termos técnicos estejam reunidas as condições para que possam ser esclarecidas algumas questões que foram colocadas, por forma a termos no mais breve espaço de tempo esta situação regularizada. Continuamos a ter vontade de os adquirir e aliás é esse o nosso compromisso.

“Relativamente à questão que me foi colocada sobre o Parque Florestal, com certeza que não vou desistir. Se intentei uma ação contra o Estado é porque entendi que tinha de defender os interesses de Amarante. Enquanto eles não estiverem satisfeitos não irei desistir da ação. No entanto quero dar-lhe nota do seguinte: o Governo nomeou um mandatário para o representar, como nós temos os nossos advogados de modo a encetarmos as negociações. Já lhes fizemos chegar a nossa vontade de negociar. Acontece porém que o mandatário do Governo não se sente legitimado para negociar. Posto isto, eu entendi que era de bom tom enviar um ofício ao senhor Presidente do ICNF dando nota que nos deveríamos juntar uma vez que o seu mandatário não está legitimado para o fazer, para podermos chegar a um acordo. Estou à espera de resposta e logo que a tenha com certeza que iremos chegar a bom

porto. Se não houver resposta, o tribunal irá decidir. Portanto, quero dizer-lhe que não vou desistir e estou disponível para negociar.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Carlos Miranda, quero agradecer-lhe as palavras que disse relativamente ao UVVA e à Política Municipal da Juventude, porque acho que este tipo de iniciativas são muito importantes. O UVVA é muito mais do que aquilo que acontece nesse fim de semana. Estamos a falar de um produto de excelência num território de excelência e nós podemos posicioná-lo a outro nível. É essa a nossa ambição. Disse na cerimónia da abertura que temos de conseguir que a sociedade civil e a restauração comecem a colocar na lista de vinhos, os nossos vinhos de excelência, porque é essa a nossa vontade. Espero que os possamos contaminar e peço aos senhores Deputados que me ajudem nessa empreitada.

Relativamente às questões do senhor Deputado Manuel Pinheiro quero dizer-lhe com aquilo que disse, porque o turismo é importante e é necessário fixá-lo. Para isso há ainda muito investimento e muita pedagogia a fazer, para além do trabalho que estamos a fazer em duas áreas fundamentais que é a parte cultural e ainda na vertente material que é muito importante e que tem a ver com a requalificação do edificado. Haverá também uma aposta clara na vertente da natureza que irá ajudar a desenvolver o nosso território. Estamos também a trabalhar com os privados. Dou-lhe nota de que na sua freguesia vai haver um investimento avultado na área do turismo no valor de cerca de três milhões de euros num equipamento de turismo com mais de cem camas, investimento de um privado que inicialmente queria investir na zona centro mas que se sentiu entusiasmado com Amarante e quer cá investir.

Relativamente às rotundas, o senhor Deputado já teve a oportunidade de responder. A que está em condições é da nossa tutela e por isso é que está bem. As outras que não estão, as duas que referiu são da competência do IP, a quem de vez em quando vamos mandando ofícios para que eles efetuem a limpeza e a manutenção. Falou e bem dos cartazes que se encontram na rotunda. É verdade que aquilo é um exagero. Estamos a elaborar um regulamento onde serão definidos os critérios deste tipo de publicidade. Começa a ser um exagero a colocação destes outdoors. Já agora, queria pedir ao PS que retirassem os que ali tem em chapa.

Iremos também tentar resolver a questão da colocação da passadeira no cruzamento que referiu. Quanto à questão do prédio, quero dizer-lhe que estamos a tentar junto do proprietário para que ele arranque com a obra.

A luminária na rotunda é da responsabilidade da EDP e já tentámos várias vezes que eles resolvessem o problema.

Relativamente à Aldeia da Juventude, espero, depois do empréstimo que aqui trazemos hoje ficar aprovado, possamos terminar a obra. Não era meu objetivo acabar aquilo agora, mas atendendo que aquilo é zona ARU, e portanto tenho possibilidades de ir buscar financiamento através do IFFRU a uma taxa residual. Espero que da próxima vez que viste o local seja para a inauguração e fique satisfeito com aquilo que vai ver.

Quanto à passagem da GNR, também acho que faz todo o sentido. Pedimos autorização para a fazer, mas foi-nos dito que por uma questão de segurança isso não era possível. Aquele Quartel é visto como um quartel militar e por isso foi concebido para proteger em caso de guerra porque são essas as normas. É essa a razão porque não foi possível ficar ali uma passagem.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Paulo Barreira, quero dizer-lhe que fiquei confuso. Desconheço que o senhor Primeiro Ministro tenha mandado elaborar em 2016 um projeto para requalificação da Linha do Tâmega. Depois diz que Amarante não tem turismo; é a sua opinião. Não sei qual é o tipo de turismo que está à espera de ver em Amarante, mas os senhores poderão ver se há mais turismo em Amarante, se há mais investimento por parte das entidades privadas para alavancar o turismo ou não, se há ou não no centro da cidade a vontade de requalificar e reabilitar a cidade e para isso basta ir às plataformas que nos indicam os locais de alojamento

local para ver a quantidade de casas que o disponibilizam. Há ainda muitos pedidos para a reabilitação de casas para esse efeito. Isto prende-se com algo que deve ser uma procura e me que a procura induz à oferta e por isso há aqui uma relação causa efeito. Esta é a minha opinião. A opinião do senhor Deputado ficará obviamente para si, mas deixe-me dizer-lhe que não concordo com ela.

Voltando à Linha do Tâmega e se for verdade o que o senhor Deputado diz, iremos ter eletrificação da Linha do Tâmega que é o que foi dito e por isso eu fico satisfeito. Se assim for, eu só tenho que dizer para pararem com o projeto. Vou saber disso para poder tomar essa decisão. Se não for verdade vou continuar com o projeto do Canal dedicado e neste momento só estou à espera que a Câmara do Marco se pronuncie, para saber se a linha fica toda para a Câmara de Amarante ou se os quatro quilómetros que dizem respeito ao Marco ficam sob a orientação deles. Se assim for avançaremos com um canal dedicado com um transporte amigo do ambiente para fazer a ligação entre Amarante e a Livração.

A RTA começou em 1987 e a localização já era aquela. A iluminação melhorou porque eu mandei melhorar a eletrificação para lá porque a estrada estava às escuras. A localização não fui eu que a encontrei e por isso não posso melhora-la. Uma coisa é certa, a localização não é assim tão má porque em três meses aquele espaço é procurado por cento e cinquenta mil pessoas. O objetivo da nova administração é fazer com que o local seja frequentado por duzentas e cinquenta mil pessoas o que para nós é um motivo de orgulho e por isso estaremos disponíveis a ajudar naquilo que for a nossa competência”.

PAULO BARREIRA – PS

No uso da palavra disse que a IP tem um projeto de 2016 e o senhor Primeiro Ministro António Costa tem em cima da mesa a ferrovia como prioridade nacional. Eu não disse que a Linha do Tâmega ia ser feita. Eu disse que há um estudo das Infraestruturas de Portugal que faz referência à via larga do Tâmega e à sua eletrificação. O senhor Presidente da Câmara não quer agora a Linha do Tâmega, quando em 2017 a queria, mas um bom político tem de saber mudar quando entende a vida mudou. Não percebo a atitude que hoje toma.

Quanto ao aspeto turístico em Amarante eu não disse que não havia turismo. Ele existe, mas é um turismo natural. Não estamos a captar o turismo que devíamos, dava a bela cidade que temos. Não sabemos fazer turismo profundo. Estamos a fazer coisas avulsas com pequenos eventos. Há uma situação que eu gostava de perguntar sobre a Invasão francesa que é das mais importantes e de hoje não se fala. Tem sido feita alguma coisa para cativar este turismo cultural? Há que fazer mais, porque não se está a fazer o suficiente. O senhor Presidente da Câmara já alguma vez questionou para onde vão as 150 mil pessoas que frequentam a RTA? Já alguma vez se tentou fazer promoção turística junto delas? O que se verifica é que ao fim ninguém cá fica, porque se calhar não lhes são dados motivos para que cá fiquem. Há dinheiro e gasta-se a fazer pequenos eventos. Não são feitos estudos sérios para o turismo na nossa terra.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que tem a certeza absoluta de que o copo nunca vai ficar cheio, mas também não o quero vazio. A minha intervenção foi no sentido de melhorar os índices de sinistralidade e a segurança no concelho. Eu nunca vi que ninguém quisesse na vida política de Amarante dizer que nada foi feito, porque isso não é verdade, alguma coisa foi feita. Mas também não era fácil não fazer nada.

Também não pedi para repavimentar nenhuma das obras que aqui foram faladas. Eu apenas quero que as coisas mais triviais sejam concretizadas. E se a política é feita de escolhas, a sua escolha relativamente à estrada de Vila Chã eu comungo perfeitamente dela porque ela está num estado calamitoso. Agora, também

temos que reconhecer que a sinalização precisa de ser melhorada. Não vou agora elencar os locais onde isso é necessário por não tenho tempo.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que duvidava que todos os elementos do PS presentes nesta sala comunguem daquilo que ouviram relativamente ao turismo, quando se disse que o turismo em Amarante está ser levado avulso, que não se faz nada e quando se faz, faz-se uma coisa ali outra coisa acolá. Isto é absurdo. Eu percebi que a diferença está nos gostos. Pelo que entendi, o senhor Deputado gostava de ter aqui novamente uma encenação das Invasões Francesas. Está tudo muito bem. Não podemos é vir para aqui dizer isso, mas dizer ao mesmo tempo que a quantidade de pessoas que tem vindo ao Festival MIMO é insignificante. Também não podemos dizer que o UVVA, que recentemente aconteceu e que mobiliza tanta gente incluindo os agentes económicos locais, não é bom cartaz turístico. Também não podemos vir aqui dizer que o investimento que Amarante está a fazer no turismo é avulso e é porque calha. Também não podemos exigir à Câmara que vá para a porta da RTA divulgar Amarante. Mas isso já algum dia se fez? Mas isso cabe na cabeça de alguém? Faz algum sentido ir distribuir panfletos para a porta da RTA? Ou queremos que o município pegue na capacidade que tem e crie dinamismo, crie eventos que trazem pessoas e aparecem na comunicação social pela positiva. A bancada do PS concorda com aquilo que aqui foi dito pelo senhor Deputado Paulo Barreira? Então não se vê a quantidade de gente que diariamente nos visita. Então não se vê a quantidade de pessoas que querem apostar na reabilitação para criarem espaços de alojamento. E isto acontece porque afinal não vem cá ninguém. As pessoas estão “tolinhas” e querem gastar dinheiro só por gastar. Eu percebo que o que está a ser feito está bem feito. O senhor Presidente da Câmara acabou de anunciar que vai ser feito um grande investimento na área da hotelaria, numa área que até é fora do centro de Amarante. Isto acontece, porque um belo dia os investidores ao acordarem lembraram-se, do nada, de investir em Amarante. Isto acontece porque Amarante tem conseguido criar dinâmica e aproveitou o interesse que o turismo na região norte tem tido. Continua-se a dizer que não se faz nada. Mas então como é que isto era antes? Das poucas certas que ouvi dizer na intervenção do senhor Deputado, foi que Amarante por duas vezes julgou o que têm sido feitos em resultados em eleições.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse que relativamente ao turismo nem sequer se iria pronunciar. “Relativamente à linha do Tâmega, não vale a pena andar aqui a enganar quem quer que seja. Quando aqui cheguei, a primeira coisa que fiz foi contratar um especialista, o Professor Álvaro Costa que é um especialista em ferrovia e andamos a monitorizar e a tentar apresentar uma proposta à ainda REFER, à CP e ao Governo em que a ideia era repensar todas linhas do Norte e aproveitar que a Linha do Tâmega passa-se para bitola larga, eletrificada e em que o mesmo equipamento chegava a Amarante. Acontece também que em todo este processo houve uma inversão de marcha. E houve porque não é prioridade para o Governo fazer este investimento. Na última reunião que tive com o IP voltei a colocar esta questão muito clara ao Presidente do Património, Vice-Presidente do IP, perguntado se era certo que não ia haver investimento na Linha do Tâmega? Se não há ou não querem fazer esse investimento, eu vou voltar para a solução que tenho estado a trabalhar e por isso, para que fique claro, tomara eu e os Amarantinos todos sem exceção que houvesse comboio em Amarante. Infelizmente não é por falta de vontade minha que não vai haver esse investimento. É porque quem manda, que é o governo, não o quer fazer. Eu que eu vou fazer é converter aquele espaço num canal dedicado para transporte. E fica preservada a ligação ao porto. Se um dia o Governo entender fazer o

investimento, pode convertê-lo de um dia para o outro. Infelizmente não passa pela minha vontade não haver comboio em Amarante. É tão somente isso.

AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse que relativamente à intervenção que o senhor Deputado Paulo Barreira fez relativamente ao turismo, intervenção ela cheia de uma serie de considerações muito vagas, abstratas, sem substância alguma e que provassem a sua concretização. Falou do Porto, falou de Lisboa, mas esqueceu-se de dizer que o turismo que hoje se vive no Porto e Lisboa Está a levar com que as cidades fiquem vazias daquilo que elas têm de mais característico. Não sei se é esse tipo de turismo que o senhor Deputado pretende para Amarante, porque de seguida certamente irá reclamar que o centro histórico de Amarante não tem pessoas que o habitem Ficamos sem saber.

Também disse que havia um estudo das infraestruturas de Portugal acerca da Linha do Tâmega. Contudo, não trouxe esse estudo, foi vago e impreciso e limitou-se a dizer aqui umas atoardas. No mínimo devia ter trazido o estudo, e sustentar a intervenção nele.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra começou por dizer que concordava com a necessidade de alargar os setores do turismo porque Amarante tem condições para isso. Tem vindo a aproveitar naquilo que é possível, mas todos sabemos que há condições para melhorar. Sugeriu que se fizesse uma petição por forma a aumentarmos a oferta do turismo religioso. Verifiquei hoje, ao fim da tarde, que no largo de S. Gonçalo, um grupo de turistas acompanhado de um Guia. O curioso disto é que por volta da 18.30 horas, pelos vistos tiveram de sair do interior da Igreja de S. Gonçalo. Compreendo que o funcionário tenha o seu horário de saída. Agora não fica bem que as pessoas tenham saído da igreja e se tenham vindo a ajoelhar no exterior a rezar. Temos capacidade para melhorar algumas ofertas, mas algumas não são do domínio do Município, ainda que eu me atreva a fazer uma petição pública para que os nossos párcos e quem com eles colabora, possam facilitar um pouco mais, reconhecendo eu que muitas vezes isso também não é fácil.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia abriu o debate às pessoas do público que previamente se inscreveram para usar da palavra e colocar as questões que entendessem por convenientes.

Assim, inscreveram-se os senhores **JOÃO CARVALHO** que no uso da palavra disse que: “O Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional identifica o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, constituindo o primeiro levantamento sistemático realizado em matéria de precariedade habitacional, incidindo sobre todo o País.

Teve por objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais graves existentes no país e servir de base à preparação e implementação do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação.

De acordo com o anexo 4 (página 79) do relatório final do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, que visou identificar o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, publicado em Fevereiro de 2018, o Município de Amarante não registou qualquer carência habitacional (n.º de famílias a realojar).

E não o fez porquê?

Porque não se deu ao trabalho de responder ao levantamento que lhe foi comunicado por ofício?

Ou porque de facto o executivo entende que não há carências habitacionais no concelho?

Se a resposta a esta última questão for positiva então o executivo anda de olhos vendados para várias situações de carência habitacional no concelho.

Há vários casos de pessoas a viver na rua, ou em condições deploráveis de habitabilidade.

O Município de Amarante deveria saber e, em conformidade, empenhar-se na identificação e reconhecimento desses casos aproveitando iniciativas como a do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para garantir um direito fundamental como é o direito à habitação, como consagra o artigo 65º da constituição portuguesa”.

O senhor Presidente da Câmara respondeu-lhe dizendo que não tinha qualquer resposta para lhe dar. Reconheço que há carência habitacional em Amarante, mas não me foi colocada nenhuma questão a esse respeito por nenhum organismo nacional. Também não tenho conhecimento do estudo que referiu.

Usou de seguida a palavra a senhora **PAULA SANTOS** que questionou o senhor Presidente acerca das obras de reabilitação do Bairro Cancela de Abreu porque no dia 28 de julho de 2017, o senhor Presidente reuniu com os moradores do Bairro, no sentido de apresentar o projeto, a realizar em quatro fases, para a reabilitação do Bairro. Passado um ano, as obras ainda não foram iniciadas e os moradores, a maioria idosos, continuam angustiados e preocupados porque as casas continuam a degradar-se. Para quando está previsto o início das obras?

O **SENHOR PRESIDENTE** respondeu-lhe que está tudo pronto para arrancar com as obras. Em termos técnicos, está a ser neste momento elaborado o programa de concurso. A morosidade tem a ver com aspetos administrativos porque o processo obriga a muitos pareceres e autorizações. Estas obras foram objeto de uma candidatura, já aprovada, no valor de três milhões e meio de euros. As grandes obras passam por este processo e tomara eu que já se tivesse iniciado. Espero ainda este ano iniciar as obras.

Usou de seguida a palavra a senhora **ELISA ANTUNES**, que no uso da palavra disse que “No seguimento de iniciativas legislativas, como a aprovação no Parlamento de um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, foi já estabelecido, através do Decreto-Lei nº 147/2017 de 5 de Dezembro, o regime de atribuição de tarifa social, incidindo sobre o fornecimento de serviço de abastecimento público de água e de saneamento.

A partir de Março do corrente ano, os consumidores economicamente vulneráveis podem ter direito a um desconto na água, caso os Municípios decidam a atribuição da tarifa social, dado que a adesão ao referido regime é voluntária, sendo tomada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, os 308 municípios portugueses ficam com o direito de decidir se os consumidores economicamente vulneráveis têm o direito a desconto na água. Caso a autarquia opte pela tarifa social na água, a sua “**atribuição é automática**”.

Quando a prestação dos serviços de águas é assegurada por entidade distinta do Município, o financiamento da tarifa social é suportado por cada município “ na exata medida da diferença que resultar do tarifário em vigor aplicável e o resultante da deliberação de adesão à tarifa social “.

São abrangidos os consumidores que se encontram em situação de carência económica, em concreto os que recebam o Complemento Solidário para Idosos, o Rendimento Social de Inserção, o Subsídio Social de Desemprego, o Abono de Família, a Pensão Social de Invalidez, a Pensão Social de Velhice ou aqueles cujos agregados familiares tenham um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento da família que não aufera qualquer rendimento.

- Este Executivo ainda não apresentou a esta Assembleia a proposta de adesão ao regime da tarifa social, retirando aos Amarantinos a possibilidade de beneficiar desse regime;

-Nenhum Grupo Municipal apresentou a esta Assembleia uma Recomendação à Câmara Municipal para adesão ao regime da tarifa social que, a ser aprovada, poderia beneficiar muitas famílias deste concelho.

Atendendo a que:

- O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de Julho de 2010. Tal resolução reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando a que os Estados aumentem os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento;

- Os serviços de águas e resíduos são essenciais ao bem-estar geral dos cidadãos, à saúde pública, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Por isso, todos têm direito à utilização, à continuidade e qualidade desses serviços, devendo para tal assegurar-se a inexistência de barreiras económicas ao seu acesso por parte dos consumidores.

PERGUNTO:

- Para quando a proposta da Câmara Municipal de adesão ao regime de tarifa social na água para a sua atribuição passar a ser automática?

- Como vai V. Ex^a justificar esta negligência aos Amarantinos que poderiam beneficiar desta medida?"

Perante estas perguntas, o senhor Presidente respondeu dizendo que o Município de Amarante já tem tarifa social desde 2015, e neste momento já muitos Amarantinos usufruem dessa tarifa social. É automática, desde que seja pedida.

Usou ainda da palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, que começou por dizer que finalmente a ainda bem que está a ser feita a transferência da GNR para o novo quartel.

Disse que em Amarante tem sido feitas coisas boas, mas todos sabemos que é preciso fazer-se muito mais. Provavelmente deviam estar mais cidadãos Amarantinos nas sessões da Assembleia para alertar para muitos dos problemas de Amarante. Um dos problemas que me preocupa é o do saneamento e por isso quero apelar ao senhor Presidente que procure resolver o problemas do saneamento em Amarante. Não podemos ser uma terra de turismo, enquanto tivermos este grave problema por resolver.

Outro problema tem a ver com a água, que temos em abundância, mas que não usamos. Um dos maiores crimes que se cometeu nesta terra foi o ter-se alienado o tratamento e distribuição da água. Estamos a beber água que percorre setenta quilómetros quando não havia necessidade disso. Se Amarante tem alguma riqueza natural, uma das principais é a água.

Quero também falar do rio e da necessidade de termos uma praia fluvial. Então desde a "Casa do Correio" até Fridão, numa distância de cerca de sete quilómetros não somos capazes de arranjar uma praia? Porque não pensar no terreno que é hoje um viveiro de plantas pertença dos serviços florestais, ali nas Veiguiñas, e construir ali umas piscinas?

Nesta altura da intervenção, o senhor Presidente da Assembleia disse ao senhor Jorge que este tinha acabado o seu tempo e que se não terminasse imediatamente lhe iria cortar a palavra. Com não respeito a essa ordem foi-lhe cortada a palavra, ameaçando-o que chamaria a GNR caso ele não voltasse para o seu lugar.

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara disse que registava o que acabou de ouvir. A questão da água e do saneamento foi uma decisão política de então e não podemos agora inverter o acordo que foi feito na altura. Relativamente às praias fluviais, estamos neste momento a monitorizar algumas. Posso desde já garantir que as águas do Tâmega estão condições adequadas para banhos. Acredito que para o

ano as possamos classificar. Temos para isso de ver qual a metodologia que vamos usar tendo em conta os vários critérios necessários para o fazer.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTÓNIO DE JESUS** que disse que “Quería colocar duas questões ao senhor Presidente: uma tem a ver com a Universidade Sénior, a outra com o cemitério novo; relativamente a este (cemitério) a minha pergunta é saber porque razão as sepulturas da secção 19 e seguintes não podem ser compradas, contrariamente às outras? Também aqui (na morte) tal como muitas vezes acontece na vida, (faz-se aceção de pessoas), é caso para falarmos de “mortos” de 1ª e mortos de 2ª.

Quanto à Universidade (sénior) e decorrente da intervenção duma pessoa do público, na Assembleia anterior, que referiu que esta (universidade) foi criada na sequência do programa “vida longa” pela câmara, a partir do seu gabinete de comunicação, em parceria com a UTAD, que deixou o Vereador Nuno Queirós algo contrariado (toda a gente reparou, inclusive tentou repor a verdade, na altura, mas não lhe foi permitido) a minha pergunta é, se agora, e porque estamos numa casa da democracia e julgo-o um democrata, o senhor Presidente da Câmara, autoriza o Vereador em causa o uso da palavra para dizer de sua justiça?

Perante as questões colocadas o senhor Presidente da Câmara disse que “na intervenção anterior foram-me colocadas questões que não entendi. Contudo, relativamente ao cemitério quero dizer-lhe que no cemitério de Amarante, bem como noutra qualquer há normas. Há sempre uma parte que não pode ser vendida e que tem a ver com um normativo que há e não fui eu que o criei. A Câmara tem um regulamento que diz que quando se fazem obras, uma parcela dá para vender mas outra não. Também não é de bom tom vir para aqui com a alusão a Amarantinos de primeira e de segunda. Como sabe os Amarantinos são todos de primeira. Se não sabe fica a saber. Não temos Amarantinos de segunda. Portanto, a questão do cemitério prende-se com as regras regulamentadas para a ocupação.

A segunda questão não a percebi muito bem. Sei que na última Assembleia foi-me colocada a mim uma questão que eu respondi. Não foi colocada nenhuma questão ao senhor Vereador porque o senhor Vereador não tem essa prerrogativa. Quando se quiser pronunciar sobre um tema, se o quiser fazer pode fazê-lo porque estamos num país democrático. Relativamente à Universidade Sénior respondi-lhe na altura à questão que me colocou. Tão só isso, até porque não havia mais nenhuma questão relacionada com o tema.

Terminado o período das intervenções do Público, passou-se de imediato para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se os senhores:

PONTO Nº 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Devo dizer que o Relatório de Atividades e Informação Financeira que aqui nos apresenta, está a sofrer algumas alterações do ponto de vista formal relativamente aos anteriores, que felicitamos, sinal que depois dos alertas que temos vindo a fazer, o Senhor Presidente percebeu a importância da melhoria dos documentos que produz e traz a esta Assembleia para a competente análise e respetiva fiscalização de forma construtiva e atenta da atividade do Município como nos compete a nós Deputados Municipais, contudo ainda muito caminho temos pela frente, e seria importante a alteração que temos vindo a propor relativamente aos indicadores de impacto e de esforço de cada atividade, para que se favoreça a análise mais detalhada e criteriosa sendo que, como temos dito, pode ser igualmente utilizada, por vossa excelência para uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, favorecendo um exercício de transparência que por nós Partido Socialista era proposto aos Amarantinos.

A prestação de contas ao cidadão de forma clara e inequívoca deve ser objetivo fundamental no exercício da democracia.

Mantemos, portanto, esse alerta, colocando a questão: para quando é que iremos ter um relatório que faça essa avaliação na atividade do Município?

Senhor Presidente, agora e ao que diz respeito ao conteúdo presente no relatório.

Nas atividades desenvolvidas pela Agência de Planeamento Estratégico a partir da página 75, o quadro que apresenta os investimentos concretizados.

Refere 11 com um volume de investimento de 2.9 milhões de euros e a criação de 33 postos de trabalho. Devo dizer que esses são exatamente os mesmos indicadores, de há pelo menos seis meses a esta parte. Estranhámos essa situação, pois atendendo à melhoria significativa da economia nacional, em todos os seus indicadores não percebemos porque é que não conseguimos atrair mais investidores para Amarante, mantendo este nível baixo de execução (atendendo ao indicador das intenções é claro).

Nesse sentido coloco 4 questões Senhor Presidente que são de resposta simples e objetiva:

- 1- Pergunto se por lapso este quadro não estará atualizado?
- 2- Após o investimento e a instalação desses empresários no território eles continuam a ser acompanhados pela APE?
- 3- Fazendo boa fé nos documentos que nos apresenta, como tem de ser, sabe a razão ou razões dos investidores em não aumentarem o seu investimento e não criarem mais postos de trabalho, atendendo a este clima económico favorável ao investimento?
- 4- Finalmente e atendendo a essas premissas, de um acompanhamento constante do investimento, qual ou quais as razões para que não consigamos atrair mais investimentos nem investidores.

Já agora gostava de saber qual a média de tempo que um turista passa em Amarante?

Senhor Presidente, agradeço as suas respostas, contudo gosta muito de empurrar as suas responsabilidades para outros, ou seja, para si o que está bem é mérito seu, o que está mal é desmérito dos técnicos.

Devo reforçar que o relatório é seu e não dos técnicos, o relatório é um documento político.

E já agora não tenho nenhuma fixação por nenhum técnico, o que eu pretendo é uma análise criteriosa e atenta do trabalho político desenvolvido por Vossa Exa, pois, a fazer fé nas notícias que tem vindo a público, Amarante teve uma redução de cerca de 16% de desemprego, o que é positivo contudo foi noticiado que Baião por exemplo teve nesse mesmo período uma redução de cerca de 20% e sem qualquer agência de planeamento.

Senhor Presidente temos vindo a alertar para a necessidade de obter mais informação relevante nesta matéria para que possamos todos trabalhar, no sentido de atrairmos mais investimento para o território que tem condições em termos geoestratégicas únicas ao investimento. Urge, portanto, saber quais os projetos que efetivamente se instalaram em Amarante qual o investimento real, em que áreas foi feito, e qual o esforço económico e material feito pela autarquia, peço novamente, à semelhança das Assembleias Municipais pretéritas, que nos apresente um relatório, o mais detalhado possível, do investimento captado e dos investidores que, entretanto, desistiram para poder aferir problemas e procurar soluções e alavancar o crescimento económico do território.

Senhor Presidente abordaremos agora as questões de ordem financeira do município e a sua consideração na atividade desenvolvida, este relatório reflete a análise da execução financeira de 1 de janeiro a 31 de maio.

Tenho que reafirmar que o Partido Socialista continua a alertá-lo para a prudência que tem de haver a nível financeiro principalmente quando se gere um orçamento que não é mais que dinheiro público.

Assim, consideramos que em termos de endividamento, o seu executivo está num percurso que é perigoso, mais de 12 milhões de euros de dívida, preocupa-nos, em virtude da dependência de receitas vindas do exterior por via das transferências de fundos quer nacionais quer comunitários, como podemos observar no quadro 1, que o aumento de receita resultou em muito das transferências de capital. Se esta estratégia se mantiver tememos a possibilidade de problemas financeiros pela dependência de fatores externos.

A partir da análise do mapa 3 da página 12 podemos verificar que as despesas correntes tiveram um aumento exponencial muito alavancadas pelos juros e outros encargos, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes.

Senhor Presidente sabemos pelo mapa da página 13, que à data de 31 de maio a disponibilidade financeira do Município, cifra-se apenas em 2.593.553 euros abaixo dos 2.639.129 euros a da dívida a curto prazo inscrita no mapa da página 14, se fizermos um encontro de valores o saldo é negativo, ou seja estamos constantemente a ter menos dinheiro disponível com um endividamento a curto prazo muito elevado.

Pergunto, portanto, se nos pode informar, um dos reais os indicadores financeiros que atestam a boa capacidade financeira da autarquia.

Se neste momento o prazo médio de pagamento a fornecedores se agravou ainda mais, do que aquele agravamento exponencial, referido por si na última Assembleia?

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que agradecia os elogios ao relatório. Relativamente às questões que colocou sobre a APE, acho que isso agora é uma fixação do senhor Deputado. Estamos a falar de investimentos privados alguns avultados, outros nem tanto que demoram muito tempo. Eu sei que não está habituado a isto nem tem que estar. Quem trabalha nesta área sabe que isto demora muito tempo. O próprio Governo anda anos a trabalhar a questão da política internacional para a captação de investimentos. Fazem missões empresariais, vão lá fora e tentam convencer os outros políticos que a nossa economia é capaz de atrair mais investimento. Há aqui uma lógica integrada que vem desde o governo até às freguesias em que nós fazemos o melhor que sabemos e o melhor que pudemos. Claro que uns têm mais condições que outros. E respondo um pouco à sua pergunta – “e porque é que não temos capacidade para mais um pouco?” – Eu já disse isto aqui diversas vezes e vou dizê-lo novamente. Nós temos que começar a investir em plataformas de investimento empresarial, mas também é verdade que para isso também é preciso dinheiro e o dinheiro não abunda. Há aqui escassez de recursos. Como sabe estamos a sair de uma crise. É verdade que as coisas estão a melhorar, mas ainda não há a pujança económica necessária. Os investimentos ainda são feitos de forma tímida na tentativa de perceber como vai ser o funcionamento do mercado. É assim que o privado reage, tentando com alguma cautela ir fazendo investimentos. Amarante está a ser procurada. Tenho vindo a falar com alguns. Desses, alguns ficam convencidos. E o ficar convencidos é continuarem a pôr Amarante como possibilidade para os seus investimentos. Não quer isto dizer que quando vem falar comigo eu lhes diga que de imediato vou investir vinte milhões. Mas isto não é assim que funciona. Se algum dos senhores Deputados estava à espera que fosse assim desengane-se. Isso é só nas novelas. Eu sei que Amarante está agora na novela, onde parece tudo muito fácil. A vida real não é uma novela. A questão do investimento em Amarante é algo que vai demorar tempo, da mesma forma que infelizmente e rapidamente nós ficamos sem dezenas de empresas atendendo à crise, porque nunca ninguém disse que foi por causa do Executivo. A questão de os traír tem a ver com a capacidade de os nossos técnicos que não são só os da APE. Os do urbanismo têm trabalhado imenso no sentido de dar resposta. Essa vossa fixação de que só duas pessoas trabalham esta

área, esqueça isso porque é a Câmara toda. É o senhor Presidente da Câmara, são os senhores Vereadores, é o Departamento jurídico, é a parte social. Até o Centro de Emprego trabalha nisto a ver se temos capacidade para arranjar mão-de-obra. Há toda uma conjugação de fatores. Agora se vos faz confusão em manter em três meses o estado das coisas, eu ficava era preocupado se tivessem desistido. Ainda continuamos a ter cerca de oitenta possíveis interessados em investir em Amarante. Vamos ver se conseguimos. Deixe-me dizer-lhes que se eu num universo de trinta possíveis investimentos conseguir um, já fico contente, dependendo como é lógico do valor. Eu percebo que politicamente interessa vir fazer esta demagogia. A vida real é esta: em Amarante faltam infraestruturas. E agora, para me despedir vou lançar-vos um desafio. Vamos refletir como é que nos vamos financiar para poder fazer essas infraestruturas. Eu digo-vos de quanto é que precisamos. Precisamos de quinze milhões para começar. E porquê quinze milhões? Porque não está nada feito. Não quero com isto culpar o passado até porque as eleições já foram. Não temos áreas de acolhimento empresarial públicas para sermos competitivos. Por isso vamos ter nós de fazer. Aproveito para dizer que provavelmente farei uma sessão, onde estarão todos convidados. Irei chamar vários Presidentes de Câmara de vários partidos porque o território é gerido da mesma maneira por todos aqueles que querem alavancar o seu território. E temos casos de bons exemplos, como por exemplo Viana do Castelo. Trabalharam dez anos numa política de investimento do território por forma a ter condições para ter condições para atrair investimento. Neste momento consegue acolher dezenas de empresas. É assim que se faz. Como é que vamos conseguir infraestruturas capazes para sermos competitivos. O turismo para a economia é fundamental, mas quanto á que isto representa no valor total? Quinze por cento? Tudo está interligado. Mas a questão da indústria é fundamental. Os técnicos estão a fazer um excelente trabalho. Puseram Amarante no radar do investidor, na AICEP, na Câmara do Comércio e até nas Embaixadas. Um dos investidores veio através de uma embaixada. Tudo isto demora tempo. É preciso convencer que Amarante é uma terra com potencial, porque o é. Temos que atrair investidores a partir de preços competitivos. Foi isso que Viana do Castelo fez. Conseguiram criar condições para que algumas empresas espanholas viessem para lá, porque os terrenos para a indústria em Espanha são muito caros. Com o trabalho que fizeram durante dez anos conseguiram preços e condições competitivos. A lógica do mercado é esta. Não sei se nestes três meses se concretizou algum investimento porque estamos a acompanhar vários.

Estamos também a trabalhar noutras matérias. Vamos fazer parte de uma outra rede Europeia, a URBACT, nomeadamente num setor que para nós também é estratégico que é a Apicultura. Amarante foi convidada sabem porquê? Porque já está no radar europeu. Já é o terceiro URBACT que nós temos. Perguntem aos municípios vizinhos em quantas redes estão e vão surpreender-se com a resposta. Já somos convidados para irmos para palestras internacionais, pelas boas práticas que temos vindo a desenvolver. Portanto não tentem deitar abaixo um trabalho tão profícuo que está ser feito, porque partimos do zero e estamos a fazer um bom trabalho. É preciso saber como é que vamos financiar tudo isto. Eu fui eleito para ajudar a alavancar o território de Amarante, que tem de ser alavancado com emprego. Para termos emprego temos de ter estruturas como a APE que ainda são reduzidas e que estão a trabalhar várias áreas. Estamos a começar, mas vamos todos ter de trabalhar em prol do desenvolvimento de Amarante.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que “procuro com esta intervenção relativa ao relatório de atividades colher algumas informações adicionais, no que respeita aos seguintes assuntos: Concluída que está a 1ª fase empreitada da Estrada de Fregim - EM 567, para quando está prevista o arranque da 2ª fase? Visto que o troço mais sinuoso e perigoso, é precisamente o que falta realizar.

O Concelho de Amarante tem algumas “**Aldeias protegias**” no seu território (Covelo do Monte, Canadelo e Carvalho de Rei), algumas delas situadas na rede Natura. A Minha pergunta é se estas aldeias foram objeto de algum plano especial de limpeza de matos e de árvores, no sentido de minimizar a possibilidade de ocorrência de Fogos Florestais, nestes locais de grande valor ecológico?

Por fim, o relatório de atividades, menciona a aprovação de duas candidaturas para dois regadios. Pergunto, se é a Câmara Municipal de Amarante a entidade promotora e gestora destes projetos?”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que o senhor Presidente não lhe respondeu a nenhuma das questões de âmbito financeiro que lhe colocou. Vamos então à questão da APE. O senhor Presidente quer numa quer noutra resposta que me deu, de forma muito simples disse-me que “*tudo o que é bom sou eu que faço, tudo o que é mau são os técnicos que fazem*”. Portanto, objetivamente o que ele diz é que nós queremos pôr em causa os técnicos da Câmara. Devo dizer que são excelentes técnicos. Efetivamente o senhor Presidente não concretizou os investimentos que veem para cá, porque é isso que nós constantemente temos andado a perguntar. O relatório deve ser detalhado e ter informação relevante dos investimentos que saíram do território e porquê que é para percebermos e fazermos uma verdadeira estratégia de atração de investimento e também quais foram as condições que se criaram para que os investidores cá ficassem e daí também o possível desenvolvimento que esses possíveis investidores possam ainda alavancar nos seus negócios. Portanto, eu não tenho nenhuma fixação por nenhum funcionário da autarquia, só que esta falta de informação que eu já venho a pedir há pelo menos três assembleias, sobre os investimentos nunca chega cá. O que é certo é que o relatório diz-nos que há oitenta intenções de investimento, mas verificamos que concretizadas são mesmo muito poucas. Aliás houve uma redução muito significativa da taxa de desemprego em Amarante, a rondar os 16% e portanto continuam aqui os 33 postos de trabalho, o que prova que há aqui qualquer coisa que não bate certo. Certo, é que Baião sem APE também reduziu 20%. Isso são outras contas, mas certamente atraiu investimento. Mas o que nos preocupa aqui é ver as boas práticas no nosso território, porque comparar Viana do Castelo com Amarante não faz muito sentido. O que me preocupa aqui é a região. E na região verificamos que Baião desceu mais o desemprego do que desceu Amarante. Perante todos estes dados, peço à senhora Vice-Presidente que nos faça chegar um relatório detalhado, porque certamente a APE terá os dados que solicitamos.

Relativamente à parte financeira, já que o senhor Presidente não me respondeu, eu tenho aqui mais um dado que era interessante que fosse verificado. Na página 10 do relatório verificamos, pela análise dos dados que há um variação da receita relativamente a 2017, no período homólogo de 359.795.35 euros correspondente a 2.9%, o que é positivo. Contudo, por uma análise mais detalhada verificamos que esse aumento foi alavancado pelas transferências de capital. No quadro 3 da variação de despesa verificamos que houve um agravamento de 7.70% correspondente a 834.025.82 euros relativamente a período homólogo, ou seja, a variação da positiva da despesa foi muito superior à variação positiva da receita.

Atendendo a estes indicadores o Partido Socialista está preocupado com a execução pois sabemos que mantendo esta evolução facilmente no final do ano podemos nos deparar, no encerramento do exercício orçamental com um saldo negativo pela segunda vez consecutiva, sendo esse um indicador muito preocupante para o normal funcionamento de qualquer organismo.

A questão que se impõem relativamente a este cenário, é se o Sr. Presidente vai continuar nesta estratégia perigosa de aumento da despesa, utilização abusiva de crédito bancário e dependência de fundos externos, na gestão do Município?

VITOR REI – PSD

No uso da palavra começou por perguntar ao senhor Deputado Cândido Zoio se ele queria saber dados sigilosos dos potenciais investidores em Amarante. Se lhe pedirem dados das pessoas inscritas no Centro de Emprego, local onde trabalha, o senhor vai divulgá-los publicamente? Acha que uma empresa que chegue cá, está num prazo de dois ou três meses a poder investir um ou dois milhões de euros. Até parece que o senhor Deputado não sabe como é que tudo isto funciona.

Quanto às perguntas que o senhor Deputado José Joaquim fez, gostava de “perguntar-lhe em que é que elas se enquadram na discussão do relatório?”.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que “o senhor Deputado Vítor Rei não analisou o relatório de atividades. Pelos vistos limitou-se apenas a analisar as intervenções dos deputados do Partido Socialista. Quero dizer-lhe que não há aqui nenhum documento que eu não leia relativamente à Assembleia Municipal. Penso é que o senhor é que não os lê. Fica-lhes mal essa arrogância intelectual. Um plano de atividades tem várias fases no desenvolvimento das obras. Eu só pergunto o que acho que é oportuno perguntar. Não é o senhor Deputado Vítor Rei que tem de analisar a minha intervenção. Quem tem de o fazer é o senhor Presidente da Assembleia, que na devida altura devia ter dito ao senhor Deputado Vítor Rei que ele me estava a interpelar indevidamente”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra, disse “quero dizer ao senhor Deputado Vítor Rei que sou efetivamente Deputado desta Assembleia. Relativamente ao organismo que ele referiu e onde eu trabalho, quero dizer-lhe que os dados de execução são públicos. Isso sim é um exercício de transparência. Pode consultar dados relativos às ofertas de trabalho, onde são e quantas são. O senhor consulte a página www.iefp.pt e no fundo da página encontra um botão que diz - estatísticas - e pode aí consultar todos os dados.

Eu apenas quero saber quais foram as condições que se criarem para que efetivamente esses investidores investissem, porque é que eles saíram do território, para perceber qual é a estratégia que o município tem para atenuar essas dificuldades.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

O senhor Presidente da Junta no uso da palavra disse que “partimos de uma primeira fase que era uma aversão ao Relatório. Agora, já é uma aversão a uma parte da atividade da Câmara. O que está aqui em causa é analisar aquilo que o senhor Presidente já aflorou e que eu acho que é isso que devemos analisar. O Grande problema dos senhores Deputados do PS é que não entende que nós nunca negamos o legado e o baixo endividamento do Executivo do Partido Socialista. Agora, também reconhecemos que isso teve algumas consequências nomeadamente o não terem sido feitos investimentos que eram necessários. Agora é preciso subir os níveis de endividamento, com alguns fatores de risco. Mesmo com isso a acontecer, basta compara o nosso nível de endividamento com outras Câmaras, para sabermos que não está nada em risco nem comprometido na Câmara Municipal de Amarante. Vocês não querem analisar isso, porque isso seria uma discussão séria. Essa imagem passa muito bem lá para fora, mas eu pergunto-lhes se a condição financeira da Câmara está em risco? É isso que querem fazer passar? Não querem é discutir aquilo que se devia discutir, que são as áreas onde se deve investir e para isso o que é que temos que fazer em vez de andar a analisar relatórios. Parece que também ficou claro que o senhor Presidente em vez de atacar os técnicos, primeiro fez um elogio e até disse que lhes ia passar a informação”.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que iria analisar alguns dos quadros relacionados co a situação financeira do Município. De facto, o que os quadros nos trazem e fazendo uma leitura mais atenta, verificamos que a despesa cresce comparativamente ao seu período homólogo, sendo certo que a receita cresceu consideravelmente menos, mas mesmo assim, em valores absolutos cresceu de forma a sustentar a despesa. A preocupação do Partido Socialista, em meu entender devia ser outra, porque também estou certo que deve ser a preocupação do Executivo e de todos nós, mas não o é na forma como os quadros foram lidos. Continuamos ainda com uma margem confortável das receitas. A dúvida que todos nós temos e à qual o Executivo tem de nos responder. A resposta pode não ser dada hoje, mas sê-lo-á pela ação do Executivo no próximo semestre, é de se de alguma forma o superavit que transitou do ano anterior para o ano corrente no valor de três milhões de euros nos dá algum conforto para a execução. O que está planeado e recorrentemente anunciado pelo senhor Presidente da Câmara acerca dos investimentos que tem previsto fazer, terá de alguma forma ser justificado com um plano de endividamento percebendo a receita que iremos ter e se a curto prazo trará algum desequilíbrio nas contas correntes, nomeadamente naquela preocupação que aqui trouxe em relação aos nossos compromissos de curto prazo. Amarante tem uma tradição de cumprir bem no curto prazo e pelos documentos que aqui nos chegam isso não está posto em causa e acredito que no futuro isso também não vá ser posto em causa. Eu não acredito que as contas vão por um caminho em que a qualquer momento estejamos confrontados com a reserva obrigatória que o Município tem de ter em relação aos compromissos correntes e continuara a ser o bom pagador que tem sido ao longo dos tempos. Os quadros financeiros que nos são trazidos pelo Município não são ainda motivo para acionarmos as campainhas do alarme. As receitas, são ainda suficientes para cobrirmos a despesa porque tem ainda margem suficiente para o conforto de algumas ações do Executivo. Agora, as pretensões que nos têm sido aqui trazidas pelo Executivo podem vir ou não a ser equacionadas em termos do equilíbrio corrente das finanças públicas, mas isso é um assunto pra vermos daqui a algum tempo e não hoje. Qualquer um de nós, pela leitura que faz aos documentos pode ter o conforto suficiente para validar este documento.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que “as contas do Município eram muito mais sustentáveis há uns anos atrás. O Partido Socialista apenas tem demonstrado alguma preocupação. Quando os saldos negativos são consecutivos, certamente haverá uma rutura. O que estamos aqui hoje a transmitir é uma simples preocupação.

Quanto à receita, é preciso perceber de onde é que ela vem. A receita vem essencialmente da transferência de capitais, que são receitas externas. Se houver qualquer rutura a nível externo podemos derrapar”.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse ao orador anterior que ao nível dos conceitos teóricos as suas preocupações podem fazer sentido, mas o documento de alguma forma corrige a sua preocupação. A contabilidade pública não é diferente da contabilidade individual ou da unidade familiar enquanto unidade coletiva. O que o Município fez foi não investir em grandes projetos que desequilibrassem as suas contas até ao ponto, que em política é um bocado surrealista, de ter superavit na sua gestão. São poucos os municípios de um país que chegam ao final de um mandato com superavit. Tem que corrigir regularmente os orçamentos para evitar despesa. O poupar ontem se calhar pode ter sido criticável. Mas se calhar também o podemos fazer ao atual Executivo. Se se vai gastar mais amanhã, vamos ver. No momento, é justo aqui dizê-lo que as contas dão ainda tranquilidade a cada um de nós para não vivermos o drama de num dia

próximo o Município não poder cumprir os seus compromissos. Eu estou curioso por ver o que vai acontecer nos próximos três meses”.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada à senhora Vice-Presidente para que ela pudesse responder às questões que lhe foram colocadas.

DRA LUCINDA FONSECA – VICE-PRESIDENTE DE CÂMARA

No uso da palavra a senhora Vice-Presidente começou por dizer que de uma forma sintética iria responder às questões que lhe foram colocadas. Assim, começou por responder ao senhor Deputado José Joaquim, dizendo-lhe que “o arranque da segunda fase da obra carece da autorização dos proprietários dos terrenos onde vai ser sujeita a alargamento e por isso o prazo depende dessa autorização.

Relativamente à questão das três aldeias seguras de Rebordelo, Canadelo e Carvalho de Rei, estamos a cumprir aquilo que está no nosso Plano de Defesa da Floresta contra incêndios e estamos a fazer a limpeza que nos é devida da faixa de gestão de combustíveis e estamos a acompanhar todas as situações que estão evidenciadas em termos de perigosidade. Portanto, todo o plano está a ser cumprido.

Em relação à questão sobre as candidaturas dos regadios, quero dizer-lhe que não são duas mas sim três. Duas em Ansiães e uma em Aboim. A entidade gestora é a Câmara Municipal. O protocolo foi recentemente à reunião de Câmara. Os regadios têm financiamento a 100%.

Em relação às questões colocadas pelo senhor Deputado Cândido Zoio, quero dizer-lhe que em relação à APE não me vou pronunciar porque acho que já foi bem esclarecido pelo senhor Presidente relativamente ao trabalho de mérito que ali é feito.

Registo os seus pedidos de esclarecimento no que concerne aos investimentos em concreto. Naquilo que for possível, em termos legais e éticos passíveis de ser esclarecidos, sê-lo-ão e por isso serão vertidos no próximo relatório municipal.

Quanto à estratégia das empresas, é a elas que compete defini-la. A estratégia da APE é acompanhá-las desde o momento em que há uma intenção, mostrar-lhes as zonas onde eventualmente poderão fazer os seus investimentos, perceber se já têm investimentos em concreto definidos e perceber como é que o Município com a sua rede de parceiros pode ajudar a concretizar esses mesmos investimentos. É um trabalho moroso, de persistência e que exige dedicação. Em relação às flutuações que referiu relativamente ao número e às intenções de candidatura, parecem-me normais. Um concretizam-se outras não. Outras deixam de ser intenções porque percebem que o território não tem as condições para aquilo que são as suas necessidades e nessa altura deixam de ser intenção.

Em relação à despesa, penso que também já foi explicada pelo senhor Deputado Moura e Silva, mas em todo o caso gostava de dizer que a variação da despesa pode ser maior que a do período homólogo, mas ela é positiva contínua e a receita continua a ser maior do que a despesa. Neste momento temos um valor de cerca de doze milhões de euros de receita, contra onze milhões para despesa. Temos portanto as contas sustentadas e a nossa prioridade é continuar a investir tendo sempre em atenção que as contas se mantenham naquilo que tem sido o rigor que esta Câmara sempre teve”.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA - PS

No uso da palavra apenas perguntou se a entidade promotora do projeto era a Câmara Municipal.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que uma das suas maiores preocupações é o prazo médio de pagamento aos fornecedores. O senhor Presidente da Câmara disse na

última reunião da Assembleia que aumentou o prazo de três dias para trinta. Gostava de saber qual é o prazo hoje.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse que em julho ou agosto foi um documento à reunião de Câmara que é um protocolo que regula toda esta candidatura. O protocolo definia as regras. Aliás, havia alguma dificuldade porque as Juntas de Agricultores não tinham capacidade para resolver todo o processo burocrático necessário, daí a Câmara ter prestado a colaboração. As próprias regras definiam que os municípios podiam ser parceiros, não as Juntas de Freguesia. Como as Câmaras podiam ser parceiros, foram elaborados os protocolos e é dito que a Câmara Municipal é responsável pelo projeto, pela candidatura e pela execução da obra em pareceria com as Juntas de Agricultores que tiveram de se reativar dado que estavam inativas há vários anos.

De seguida usou da palavra a senhor **VICE-PRESIDENTE**, para dizer ao senhor Deputado Cândido Zoio, que neste momento o prazo de pagamento está em 25 dias.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que: “A reorganização de qualquer serviço é um instrumento estratégico e político das organizações para executar um fim. Ela deve ser ponderada e estudada para se verificarem quais impactos na eficiência na eficácia nos processos operacionais que esses mesmos organismos executam. Uma alteração destas nunca deverá ser feita apenas a reboque de uma simples alteração legislativa que o permita.

A proposta que aqui nos apresenta não tem uma única justificação de fundo que argumente esta mudança, e não faz uma única referência aos custos que a mesma trará para o município, nem quais as vantagens da mesma. Além do mais ainda não está concluído o processo de transferência de competências do poder central para os municípios, pelo que esta alteração até pode ser contraproducente nas atribuições que o município venha a ter.

A esta proposta falta informação, justificação e oportunidade.

Posto isto, o Partido Socialista entende que não estão reunidas as condições para que esta proposta seja aprovada, e irá manifestar essa discordância votando contra”.

Usou de seguida a palavra a senhora **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** para dizer que “o senhor deputado Cândido Zoio refere e muito bem que a proposta que agora analisamos, é um instrumento de gestão que compete ao Executivo depois de ser aprovado aqui na Assembleia Municipal. Em termos de clareza, nós anexamos a proposta do organograma, sendo que a discussão dessa proposta não é da competência da Assembleia. A Assembleia só tem de se pronunciar sobre o número de unidades de estrutura que apresentamos. No que concerne à despesa que isto acresce trará em abstrato 25.000 euros de custo adicional por mês. Eu digo em abstrato porque há uma série de custos que não podem ser contabilizados nomeadamente os custos com os seguros, a ADSE, bem como outras despesas que são inerentes aos cargos. Partindo do princípio que as chefias que são aqui propostas poderão ser de colaboradores do município, ao alocar esses colaboradores a uma alteração em termos de chefias teremos de fazer a dedução do vencimento que auferem neste momento. Em abstrato isto é se estivéssemos a falar de colaboradores externos à Câmara o acréscimo de valor andarà à volta dos 25.000 euros.

Em relação à não concretização da transferência da delegação de competências para a Autarquia, o senhor Deputado sabe muito bem que não será para breve, sendo certo que tivemos isso em atenção e se reparou bem na nossa proposta do organograma que não é vinculativa porque mesmo que seja aprovada, as propostas de chefia de 2º e 3º grau podem ser alteradas desde que não se mude o número, não tem qualquer interferência naquilo que poderá trazer a transferência da delegação de competências, nomeadamente na educação, na cultura e na ação social. Como também sabe este é um documento que deve ser visto numa lógica dinâmica. Quando houver essa imposição legal com certeza teremos de fazer essa proposta de alteração, levá-la à Câmara e depois à Assembleia a quem compete deliberar sobre a mesma. Isso será feito em tempo oportuno. Há aqui alterações que tem a ver com decisões políticas de funcionamento. Como sabe até agora estávamos limitados em relação ao número das chefias do passado. Aqui é uma questão de repor a normalização de algumas dessas atribuições e competências e criar alguns serviços necessários para funcionar nestes moldes. É esta a nossa proposta”.

ZITA PEREIRA - PSD

A senhora Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “É sabido por todos, pelas notícias de todos os dias, da modernização da Administração Pública, no que respeita à política de descentralização de atribuições e competências para os municípios e freguesias, que obriga à configuração e gestão de serviços públicos.

Esta inovação é fonte de transformação na administração pública, sendo necessário concretizar um modelo gestão de recursos humanos, flexível e de conhecimento, que promova o desenvolvimento de soluções e propostas de oportunidade para novos serviços, métodos e procedimentos, que questiona as ideias pré-estabelecidas. O modelo de organização na administração pública terá de assentar num ambiente organizacional favorável à inovação, com equipas que desenvolvam novos projetos, novos mecanismos de coordenação, sendo necessárias novas estruturas organizacionais assentes num processo iterativo.

Um dos aspetos centrais da nova cultura organizacional colaborativa e participativa é o grau de literacia digital da população em geral para lidar com uma nova geração de “serviços ao público”; não me refiro à manipulação de dispositivos inteligentes, reporto-me a questões de cultura digital que implicam a “coprodução de serviços ao público” em vez de serviços públicos, que precisa de ser assumida com rigor e frontalidade.

Trata-se de novos passos para obter mudanças inovadoras, que começam pelo princípio. No entanto, como referido pela bancada Socialista, não é difícil identificar as principais barreiras à inovação na administração pública, num contexto tradicionalmente adverso, a aversão ao risco, o cumprimento ritualizado de procedimentos, a falta de vontade de mudar.

Ora, a capacidade de inovação das organizações dependerá basicamente de quatro fatores que desencadeiam e sustentam novas ideias: o ambiente externo, a estrutura interna da organização, a sua liderança e os seus sistemas de gestão, sendo estes três últimos, fatores internos e da responsabilidade do executivo da Câmara Municipal. Nomeadamente de gestão dos recursos humanos, porque a inovação não depende tanto do investimento em tecnologia como da capacidade humana de utilizar os recursos - materiais e imateriais - disponíveis para inovar.

A bancada Socialista não parece estar muito preocupada com as ineficiências internas que se geram nas zonas de interface entre setores e áreas de atividade, uma vez que as externalidades negativas assim geradas são geralmente cobertas e socializadas pelo cidadão.

Relativamente à questão das chefias, todos nós sabemos que os organismos públicos sofreram alteração das chefias, com candidaturas externas e que nada disso teve a ver com a alteração do Governo. Não quero com isso dizer que as pessoas

deixem de ser melhores ou piores chefes. É uma situação que leva a que qualquer pessoa possa concorrer desde que reúna os requisitos necessários. Se os reunir, somos obrigados a aceita-los”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 22, abstenções: 0, votos a favor: 29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CÂMARA CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO NOS TERMOS DO ARTIGO 51º, Nº 2 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO- PS

No uso da palavra o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Estamos agora a ser confrontados com mais um pedido para autorização da contratação de empréstimos de médio e longo prazo relativos a montantes diversos.

O que nos coloca algumas reservas, relativamente a este e bem assim aos demais, senhor Presidente da Câmara, é que aquilo que nós verificamos hoje é que a capacidade do município para pagar com recursos próprios é praticamente nula e é galopante o pedido de autorização na contratualização de novos créditos.

Aquilo que nós temos visto ultimamente é que somos constantemente confrontados com aquisições sucessivas de serviços por avença, e de constante aumento da despesa do município, e o mais preocupante é que o aumento da despesa é superior ao da receita, podendo este ano pela segunda vez consecutiva apresentar saldo negativo, como podemos verificar no documento relativo ao relatório discutido no primeiro ponto.

Nós, não sabemos se daqui até ao final do mandato o senhor Presidente vai ter capacidade para manter este nível de despesa, e em que a receita é proveniente maioritariamente de transferências do estado central ou então de utilização de empréstimos pois a receita própria tem vindo a decrescer.

O Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada.

Deixando uma recomendação ao Senhor Presidente para inicie um plano de controle da despesa e que a cada investimento procure, como deveria ser sempre, a relação custo benefício pois estamos a falar da gestão de dinheiros públicos”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que “nesta votação e seguintes é necessária uma votação por maioria qualificada. Também importa aqui dizer que o que se está aqui a fazer é uma contratação de empréstimos, a taxas muito baixas e que são empréstimos absolutamente necessários para que possamos aproveitar a capacidade de nos podermos candidatar às verbas que existem nos fundos comunitários para podermos fazer investimento em Amarante. Mais do que estarmos aqui a falar de que se vão fazer empréstimos que vão endividar a Câmara, importam mais dizer que o que se está a fazer é com dinheiro proveniente de empréstimos, mas para investir em Amarante. Isto é diferente daquilo que é vir-se para aqui com a conversa da despesa, como se ela fosse despesa para não se fazer nada. A bancada do PSD votará favoravelmente, porque estamos a quer investir em Amarante.”

Usou de seguida a palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, eu no uso da palavra disse que queria apenas clarificar e para que não fiquem dúvidas o que eu anteriormente disse foi que em absoluto o prazo de pagamento a fornecedores está em 25 dias.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 18, votos a favor: 29.** Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO ART.º 51.º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS, CORRESPONDENTE AO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE INVESTIMENTO MUNICIPAL

Relativamente a este ponto apenas se inscreveu o senhor Deputado **CÂNDIDO ZOIO do PS** que no uso da palavra disse “Atendendo á posição que tivemos no ponto anterior que tem sido sempre a posição do Partido Socialista, o Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 20, votos a favor: 29.** Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO ART.º 51º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS - AQUISIÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL DAS “MINAS DE VIEIROS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra o senhor Deputado disse que “Como referimos anteriormente a utilização de crédito deveria ser feita em projetos de elevado interesse estratégico e envolvendo montantes que o município não dispusesse.

A proposta que aqui nos apresentada, é uma utilização no nosso entender abusiva de crédito: 80.000 euros em 20 anos.

Este pedido de autorização só pode ser evidência da falta de dinheiro disponível, como temos vindo a alertar, dando-nos razão para a inversão drástica do modelo governativo que tem apresentado à frente dos destinos do município.

Essa má gestão que prevê, por exemplo, que se pode gastar 350.000 euros por ano na reorganização das estruturas da câmara segundo a Sra. Vereadora, e sem qualquer fundamento, e isto diretamente sem contar com as diversas contribuições, e ao mesmo tempo se contratualiza um empréstimo de apenas 80.000 euros e a 20 anos.

O Partido Socialista vai votar contra a proposta apresentada”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

No uso da palavra disse que “a Câmara precisa de uma oposição forte que devia fazer aquilo que não faz. Apresentem projetos. Sugiram projetos. Venham aqui e digam que se estivessem a governar fariam isto ou aquilo, dando a conhecer os projetos que iriam executar. Não era vir cá falar em receitas próprias. Nós queremos uma governação forte, mas ela será tanto mais forte quanto mais forte for a oposição. Para isso tem e ser uma oposição séria, que apresente ideias e projetos concretos com valores. É isso que todos queremos.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse eu o único partido que apresentou um projeto eleitoral aos Amarantinos foi o Partido Socialista. Eu tomo como bom o projeto que o PSD apresentou em 2013, sendo que também é verdade que não fizeram uma única obra das que lá estavam inscritas. Tenho muito gosto em oferecer-lhe uma cópia dos nossos projetos, mas tenho muitas dúvidas que o Executivo os vá desenvolver.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que é legítimo e superiormente inteligível que as posições de hoje sejam diferentes das posições de ontem e que possamos até alterar o nosso sentido de voto. A ideia que eu tenho é a de o Partido Socialista não comprou mas tinha a intenção de comprar. Eu estava em crer que tinha sido votada a intenção da compra. A alteração de fatores posteriores a esse momento podem ter levado a que o PS altere o seu sentido de voto, o que é legítimo. Em relação à opção do financiamento eu diria que os 80.000 euros também não condicionam as contas públicas. Se podemos neste momento comprar dinheiro barato, uma vez que temos capacidade de endividamento para isso, porque não fazê-lo? A amortização também não vai aliviar muito as contas públicas. O que vai aqui causar algum espanto, é que para tão pequeno montante haja tão grande prazo. Os prazos de endividamento são prazos de maturidade, o que não significa que aliviando a liquidez e a disponibilidade de tesouraria do Município eu não possa antecipar a liquidação. Mas há aqui um fator que justifica neste momento os endividamentos de médio prazo; é que o dinheiro está barato e mesmo que as taxas Euribor se alterem, o spread mantém-se baixo. Se acharmos que o spread sobre para valores comerciais vai ser sempre possível antecipar o pagamento. Tudo isto pode ser avaliado como um falso argumento para inviabilizar a aquisição. Por isso, e considerando o interesse da aquisição deste património para aumentarmos os seguimentos de turismo eu acho que esta aquisição pode ser outra oferta para o turismo. Por todas estas razões eu apelava ao PS que viabilizasse esta aquisição. O CDS/PP votará favoravelmente esta aquisição.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que se congratulava com este pedido de empréstimo, ainda mais sabendo-se para o que é. Se assim não for qualquer um podia comprar, para logo de seguida a Câmara ser acusada de não ter comprado um bem que serve os interesses e a história da nossa terra. Concordo com o facto do senhor Deputado Cândido Zoio ter dito que o PS apresentou projetos e programa. Eu penso que todos os partidos políticos os apresentaram. Mas o que é certo é que o provo Amarantino escolheu o projeto da coligação PSD/CDS-PP.

De seguida, depois de autorizada pela senhora Vice-Presidente da Câmara, usou da palavra a senhora **Vereadora Octávia Clemente** que lhe agradeceu o facto dela ter feito funcionar a democracia na Assembleia. “Entendo que tenho o direito de usar da palavra, mais que não seja para defender a minha honra, mas neste a honra do um partido. Uma vez que intervenção do senhor Deputado, visou o PS, entendo que tenho o direito de me pronunciar. Relativamente ao caso em concreto, quero dizer ao senhor Deputado Moura e Silva que ele deve andar distraído, porque foi deliberado no passado por unanimidade dos elementos da Câmara Municipal a aquisição da compra das Minas de Vieiros. O PS não é contra e mantém a mesma coerência que teve no passado. Aliás já devia ter sido cumprida a deliberação do passado. A questão tem a ver com o empréstimo e também em coerência com o passado e a posição que os Vereadores do PS tomaram na Câmara é que só aceitam a proposta de contratação de empréstimos para investimentos, obras que estavam no nosso programa. Os Amarantinos não nos elegeram, mas é um facto que estão lá as nossas obras. Mas houve muitos Amarantinos que votaram nos nossos projetos e por isso estamos aqui para defender aquela que foi a nossa postura no passado em coerência com a de hoje.

Era bom que o senhor Deputado se cingisse à questão que está aqui em causa. Para quem tem tão boa capacidade financeira, a que propósito é que nos apresenta aqui um empréstimo de 80.000 euros?”

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse que queria realçara a boa forma democrática com que a senhora Vice-Presidente entendeu dar a palavra à senhora Vereadora da oposição, facto que noutros tempos não nos era permitido. Salve-se também o bom caminho para a democracia que aqui estamos a fazer. Por outro lado, defesa da honra também não foi aquilo que a senhora Vereadora veio aqui vi fazer, porque o que ela se propôs fazer foi defender a honra do passado do PS. Primeiro, apreciei o atestado de incompetência que passou a alguns membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista que não estão cá pela primeira vez neste mandato. Também acho que aproveitar a figura da defesa da honra, elogiando a democracia, mas depois vir aqui fazer um autêntico comício para dizer entre outras coisas que o Executivo já devia ter dado provimento à deliberação tomada, também importa ressaltar que por questões relacionadas com a massa insolvente e o processo notarial, levaram a que se tenha verificado este atraso. Não se pense que foi o Executivo que atrasou porque quis atrasar. O processo é complicado como a senhora Vereadora muito bem sabe. O que eu reprovoo é vir aqui dizer que se vai defender a honra e aproveitar o tempo de uso da palavra para vir fazer um mini comício esquecendo-se que tem uma bancada eleita que o pode fazer mas não o quis fazer.

FERNANDO JOSE MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que “não gosto de polémicas ainda que não fuja a elas. Em meu entender houve um erro de interpretação da senhora Vereadora. Eu nem sequer falei em coerência. Eu disse que é sempre possível alterarem-se posições de ontem para hoje. O que pode dar ideia para o exterior é que o Partido Socialista com esta posição pode querer arrepende-se da aquisição que fez. A questão do pagamento é apenas um instrumento. O essencial da questão é a aquisição. A opção política relevante para o futuro é a decisão que foi tomada para a aquisição. O compromisso está aceite. O pagamento pode ser feito de várias formas, mas isso não é o mais relevante, desde que a opção de pagamento não ponha em causa a liquidez do município ou a sua capacidade de endividamento. Preocupante era se o financiamento viesse agregado à aquisição, o que não é o caso. Por isso é que eu procurei que o PS refletisse no sentido de voto de modo a que não passasse para o exterior que o PS se arrependeu de uma decisão que tinha tomado no passado”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que estamos aqui a votar a contratação de um empréstimo. Esse empréstimo tem um montante irrisório. Esse montante é diluído num prazo demasiado largo. Há uma deliberação da Câmara Municipal do passado e daí a senhora Vereadora que estava no exercício de funções, apenas veio fazer a defesa da honra e bem. Por fim, o PS vai contra este empréstimo.

Usou de seguida a palavra a senhora **VICE-PRESIDENTE**, que disse acreditar que a compra é uma compra estratégica que foi aprovada em 2013. Não me perguntaram porque é só vem agora a aprovação, mas posso dizer que foi um processo moroso o da identificação de todo o património assim como de todos os bens materiais que lá existiam. Estamos neste momento em condições de concluir o processo. Acreditamos que é de facto uma compra estratégica também o turismo.

Em relação ao montante de 80.000 euros a amortizar em vinte anos, é sabido que o prazo médio para os empréstimos nesta Câmara é de dez anos para montantes deste valor. Os vintes anos de prazo atribuídos pela banca, são prazo máximo que em

nada prejudica os munícipes. Foi entendido não refazer os processos e foram levados assim à Câmara daí terem todos os mesmos prazos.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 21, abstenções:0, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO Art.º 51.º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS – REABILITAÇÃO E/OU ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA JUVENTUDE

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse que “atendendo à posição que temos tido em relação a estas matérias e que tem sido sempre a posição do Partido Socialista, o Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada.

Usou de seguida a palavra a senhora **VICE-PRESIDENTE**, que disse este é mais um bom exemplo de um bom investimento. Quinhentos e onze mil euros a vinte anos com uma taxa baixa para u valor de dezoito mil euros em vinte anos, é uma boa forma de rentabilizar os dinheiros públicos.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 21, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA PARA DESVINCULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CONCELHOS E MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO RIO TÂMEGA (AMRT)

Relativamente a este ponto usou da palavra o senhor Deputado CANDIDO ZOIO, do PS que disse que “a AMRT é uma associação a que o município estava vinculado, por diversos motivos que à data eram importantes, contudo e atendendo às mudanças que se foram efetuando e que levou à falta de atividade da mesma, essa associação está praticamente extinta, acompanhamos a proposta de desvinculação, pelo que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta apresentada.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto que foi aprovado por UNANIMIDADE. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – 2018 – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERIORES – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) – ANO LETIVO 2018/2019

Relativamente a este ponto apenas se inscreveu para usar da palavra o senhor Deputado **CANDIDO ZOIO**, do **PS** que disse que “a proposta que aqui nos apresenta é muito semelhante à do ano anterior e serve para garantir que as Atividades de Enriquecimento Curricular possam ocorrer no próximo ano letivo. O Partido Socialista só espera é que o procedimento concursal, que estará afeto a esta alteração de Mapa de Pessoal possa decorrer normalmente e que os professores sejam colocados a

tempo e horas nas escolas para que se inicie um ano letivo com a tranquilidade necessária, pelo que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto que foi aprovado por UNANIMIDADE. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARQUE DE CAMPISMO DO PENEDO DA RAINHA – AMARANTE

Relativamente a este ponto inscreveu-se para usar da palavra o senhor Deputado **CANDIDO ZOIO**, do **PS** que disse que “a proposta que aqui nos é a adenda para protelar os efeitos de denúncia do contrato, para garantir o funcionamento do Parque durante a época alta, salvaguardando assim o funcionamento do parque em época alta, que deveria ter sido salvaguardado aquando da deliberação anterior, pelo que o Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada”.

Inscreveu-se ainda o senhor Deputado **CARLOS CARVALHO** do **PSD**, que ficou na dúvida e não percebeu porque é que o PS se abstém. Não concordam com algum procedimento legal do Protocolo? Gostava que a esse respeito fosse dada alguma explicação. O PSD votará a favor.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 22, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora do dia vinte e nove de junho. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

